



SEGURANÇA ALIMENTAR

Lula reativa Consea e quer pressa contra fome

Presidente exige empenho para cumprir a promessa eleitoral de possibilitar a cada brasileiro três refeições diariamente

» ÁNDREA MALCHER

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, o decreto que re-instala o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O colegiado foi extinto em 2019, no primeiro dia do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na cerimônia que marcou o retorno do colegiado, ficou claro que o ritmo dos trabalhos terá de ser acelerado para cumprir uma promessa de campanha — de fazer com que todo brasileiro tenha garantia de três refeições por dia.

“Estamos há 59 dias no governo, ou seja, não temos mais quatro anos pela frente. Temos três anos e 10 meses de governo e vamos logo mais completar 100 dias. Precisamos apresentar ao Brasil o que vamos fazer, de verdade, nesses próximos quatro anos. Porque precisamos fazer muita coisa com mais rapidez, mais competência e mais resultados. Não há tempo para ficarmos brincando de governar”, cobrou Lula.

O presidente comentou o paradoxo alimentar no Brasil. Um dos maiores produtores de gêneros alimentícios do mundo, o país enfrenta graves problemas de segurança alimentar. “Se neste país produzimos alimentos demais e tem gente com fome, significa que alguém está comendo mais do que deveria para que outro pudesse comer um pouco. Se estamos desperdiçando alimentos entre a produção e o consumo, alguma coisa está errada”, salientou o chefe do Executivo.

O Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014. Mas, após dois anos de pandemia,

Ricardo Stuckert/PR



Para Lula, é preciso voltar a política de preço mínimo, que garante ao produtor não ficar no prejuízo em caso de super safra, que derruba valor do alimento

retornou em níveis preocupantes em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Na solenidade no Palácio do Planalto, Lula disse querer debater com pequenos e médios produtores o programa Mais Alimentos, que visa auxiliar no fomento e desenvolvimento da produção agrícola. “Se você só está colhendo uma saca de feijão, vamos ajudar a colher duas.

E vamos garantir que se as pessoas produzirem não vão perder. O governo vai comprar o excesso para que a gente distribua onde precisa”, garantiu.

Lula defendeu, ainda, o retorno da política do preço mínimo, um valor-referência para agricultores, visando assegurar uma rentabilidade mínima da produção. A medida, segundo o presidente, garantiria que

não haveria prejuízos em casos de “super safra”.

Estrutura

Criado durante o governo Itamar Franco, em 1993, o Consea foi substituído pelo programa Comunidade Solidária durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, no primeiro mandato de Lula, foi restabelecido. Mas

Bolsonaro revogou todas as atribuições do colegiado.

“Desmancharam a estrutura legal que existia, mas muita gente que participava do Consea pelo Brasil afora continuou lutando, organizados, tentando combater a fome”, observou o chefe do Planalto.

A nutricionista Elisabetta Recine foi nomeada mais uma vez presidente do Consea — tinha



Se neste país produzimos alimentos demais e tem gente com fome, significa que alguém está comendo mais do que deveria para que outro pudesse comer um pouco. Se estamos desperdiçando alimentos entre a produção e o consumo, alguma coisa está errada”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

presidido entre 2017 e 2018. Faz parte do colegiado representantes dos ministérios do ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Casa Civil, Agricultura e Pecuária, Ciência, Tecnologia e Inovação, Cultura, Educação, Fazenda, Igualdade Racial, Integração e Desenvolvimento Regional, Justiça e Segurança Pública, Saúde, Cidades, Mulheres, Relações Exteriores, Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Planejamento e Orçamento, Trabalho e Emprego, Direitos Humanos, Secretaria-Geral da Presidência da República, da Gestão e da Inovação em Serviço Público, Pesca, Previdência e Povos Indígenas.

MEIO AMBIENTE

Operações em 3 estados combate ouro irregular

» VINICIUS DORIA

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, três ações simultâneas, em três estados, para combater o comércio ilegal de ouro extraído de terras indígenas. Em Roraima, na operação Nau dos Quintos, os agentes cumpriram três mandados de busca e apreensão em Boa Vista. Em Mato Grosso, a Peixe Grande atingiu o esquema criminoso que comercializava o metal extraído irregularmente da Terra Indígena Sararé, em Pontes e Lacerda. E em Tocantins, a PF identificou um garimpo de ouro legal no município de Natividade, que estaria sendo usado para “esquentar” o mineral extraído de terras indígenas de outros estados da Amazônia Legal.

Na Nau dos Quintos, os bens dos envolvidos foram bloqueados por determinação da 4ª Vara Federal Criminal da Justiça Federal em Roraima. Foi a terceira operação em menos de um mês, no estado, contra a rede de compra e venda de ouro extraído ilegalmente da terra dos ianomâmis. Dessa vez, os alvos foram pequenos empresários do setor

de construção civil, que, segundo as investigações, podem ter movimentado, nos últimos quatro anos, aproximadamente R\$ 271 milhões.

As investigações tiveram início após denúncia anônima e levaram a dois empresários, identificados como integrantes do esquema. Eles recebiam “valores de centenas de pessoas físicas e jurídicas” para “compra de ouro ilegal”, segundo a PF. Um deles, dono de uma loja de material de construção, teria movimentado R\$ 162 milhões nos últimos quatro anos, usando a própria empresa, legalmente registrada, para “esquentar” o dinheiro que financiava o comércio de ouro ilegal.

Outro suspeito, que declarou à Receita Federal rendimentos de apenas R\$ 40 mil também em quatro anos, teria movimentado mais de R\$ 12 milhões. Segundo a PF, há mais envolvidos no esquema de financiamento que dá suporte à extração de ouro da reserva indígena.

Receptação

Em Mato Grosso, o esquema criminoso que negociava ouro

Reproduções/Polícia Federal



Ouro apreendido na operação cuja lavra legal, em Tocantins, servia para esquentar extrações irregulares

extraído da Terra Indígena Sararé enviava o metal para receptadores em São Paulo. Foram cumpridos quatro mandados de prisão em São José do Rio Preto (SP), Pontes e Lacerda e Confresa (MT), além de sete mandados de busca e apreensão.

A Operação Rainha do Sararé, deflagrada em agosto de 2022, apurou que em menos de três anos movimentações suspeitas que somam mais de R\$ 47 milhões, “fragmentadas em inúmeras transações, a fim de ludibriar

a fiscalização realizada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)”. Parte dos alvos são proprietários ou sócios de empresas dedicadas à comercialização de metais preciosos.

No Tocantins, em uma lavra em Natividade os suspeitos emitiam notas fiscais falsas da venda do metal, acobertando a extração de terras indígenas e garimpos ilegais em outros estados. A PF constatou que o o local de exploração não produziu “a quantidade declarada” e que o esquema

de lavagem movimentou R\$ 130 milhões, o que corresponde a 300kg de ouro puro.

Por decisão da Justiça Federal em Tocantins, foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão em Goiânia e Santos (SP), no âmbito da Operação Kuanaland, que visa desarticular uma “organização criminosa dedicada a extração ilegal de ouro, sua comercialização, exportação e lavagem do dinheiro, extraídos de reservas indígenas e unidades de conservação federal”.



Desagravo na posse no Ibama

» TAINÁ ANDRADE

A posse de Rodrigo Agostinho na presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ontem, tornou-se um evento em desagravo à instituição — que durante o governo Bolsonaro sofreu um desmonte, conforme vinham denunciando entidades ligadas à preservação do meio ambiente. Um dos discursos mais contundentes foi o de Aloízio Mercadante, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disse ter sido o Ibama vítima de uma política “negacionista”.

“Vocês do Ibama estão na mesma condição, com atitudes heroicas no meio do fogo, enfrentando o negacionismo daqueles que não reconhecem que há uma grave crise climática no planeta”, criticou.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, reforçou que a autarquia voltará a ser gerida por pessoas que fazem parte do setor ambiental. “O Ibama não será mais tomado por processos militares que aviltaram o trabalho de vocês”, garantiu.